



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**Ato da Presidência:**

**RESOLUÇÃO Nº 002/98**

**SÚMULA:** Aprova o Relatório Final, da Comissão Especial que investigou notícias veiculadas contra os Srs. Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupprio.

**Data:** 24 de março de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o anexo Relatório Final, encaminhado à Comissão Executiva pela Comissão Especial que investigou notícias veiculadas na imprensa paranaense contra os Srs. Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupprio.

Parágrafo Único - Cumpridas as formalidades e exigências regimentais, o presente Relatório Final será arquivado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio XIX de Dezembro, em 24.03.98.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24.03.98**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama,

Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54). Achan-do-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Renato Adur, Sérgio Spada e Toti Colaço (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

**MENSAGEM Nº 004/98**

Caritiba, 18 de fevereiro de 1998.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, em conformidade com o art. 225, § 1º, inciso III, da Magna Carta, objetiva redefinir a área da Floresta Estadual Metropolitana, de que trata o Decreto nº 4404, de 13 de dezembro de 1988.

O plano de lei ora proposto, decorre de expediente a mim dirigido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Protocolado sob nº 3.488.573-7), onde aquela Pasta, justificando a medida, asseverou:

"O Decreto nº 4404/88 criou a Unidade de Conservação (UC) da Floresta Estadual Metropolitana, com área total de 455,2970 ha, resultante da subdivisão da área maior com 464,5538 ha, situada no lugar denominado Fazen-

da Palmeira, Ilha e Campineiro da Fazenda, no Município e Comarca de Piraquara.

Ocorre que, em consequência do Projeto Contorno Leste apresentado pelo DNER, que fará o desvio de tráfego de longo percurso, desafogando parte do trecho urbano da BR-116, que constituirá Via Estrutural Urbana (Metropolitana), e por questões técnicas e econômicas este traçado seccionaria a UC da Floresta Estadual Metropolitana ao meio, causando um dano ambiental gravíssimo.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação criada legalmente, impõe ao Poder Público o dever de preservá-la; vários estudos foram então realizados em conjunto com o DNER, que resultam na alteração de traçado, de forma a minimizar o dano à área, atingindo a UC apenas em sua marginal, com 45,6383 ha.

Com este novo traçado, irá haver alteração nos limites da UC, e a Constituição Federal no Capítulo VI, do Meio Ambiente, Art. 225, § 1º, inciso III, dispõe que só é permitida esta supressão mediante lei autorizativa, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Floresta Estadual Metropolitana, de que trata o Decreto nº 4404, de 13 de dezembro de 1988, passa a ter 409,6587 ha de área, com as seguintes delimitações:

Descrição do imóvel 1-E, situado no lugar denominado Fazenda Palmeira, Ilha e Campineiro da Fazenda no Município de Piraquara/Paraná, com área de 4.096587,15 m2.

Partindo do ponto 10183, situado a margem da Estrada Municipal. Deste ponto segue-se pela referida estrada, em direção a Piraquara, numa extensão de 926,19 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 155°58'04" e 11,97 metros até o ponto nº 273; Az 157°45'38" e 28,18 metros até o ponto nº 274; Az 159°45'51" e

41,52 metros até o ponto nº 275; Az 165°51'30" e 4,49 metros até o ponto nº 276; Az 162°53'09" e 22,17 metros até o ponto nº 277; Az 163°45'39" e 24,97 metros até o ponto nº 278; Az 186°46'00" e 44,03 metros até o ponto nº 285; Az 200°24'20" e 33,74 metros até o ponto nº 286; Az 200°28'52" e 41,69 metros até o ponto nº 287; Az 198°37'31" e 78,24 metros até o ponto nº 291; Az 184°20'17" e 52,31 metros até o ponto nº 292; Az 172°47'54" e 54,27 metros até o ponto nº 295; Az 145°48'34" e 55,96 metros até o ponto nº 296; Az 142°02'53" e 41,04 metros até o ponto nº 299; Az 142°24'39" e 23,07 metros até o ponto nº 300; Az 146°21'36" e 28,86 metros até o ponto nº 301; Az 152°47'14" e 13,33 metros até o ponto nº 307; Az 167°24'52" e 42,83 metros até o ponto nº 308; Az 193°38'27" e 31,52 metros até o ponto nº 309; Az 205°25'43" e 33,55 metros até o ponto nº 313; Az 197°00'38" e 29,91 metros até o ponto nº 314; Az 184°01'27" e 46,25 metros até o ponto nº 315; Az 180°43'18" e 38,51 metros até o ponto nº 320; Az 193°06'54" e 26,99 metros até o ponto nº 321; Az 183°50'29" e 29,91 metros até o ponto nº 322; Az 190°11'13" e 46,88 metros até o ponto nº 323.

Deste ponto segue-se por linha seca, confrontando com João Cezar Belone, numa extensão de 638,41 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 273°29'26" e 19,68 metros até o ponto nº 324; Az 268°57'40" e 29,12 metros até o ponto nº 325; Az 267°10'50" e 72,11 metros até o ponto nº 326; Az 267°26'29" e 78,84 metros até o ponto nº 327; Az 180°57'46" e 159,80 metros até o ponto nº 128; Az 108°00'18" e 35,03 metros até o ponto nº 329; Az 109°00'02" e 20,53 metros até o ponto nº 330; Az 102°23'18" e 31,67 metros até o ponto nº 311; Az 91°31'14" e 48,25 metros até o ponto nº 332; Az 92°13'15" e 34,17 metros até o ponto nº 333; Az 79°53'41" e 41,24 metros até o ponto nº 334; Az 79°22'50" e 30,01 metros até o ponto nº 335; Az 74°32'05" e 37,96 metros até o ponto nº 350.

Deste ponto segue-se pela margem da Estrada Municipal, em direção a Piraquara, numa extensão de 135,31 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 155°16'54" e 74,55 metros até o ponto nº 351; Az 153°39'04" e 17,65 metros até o ponto nº 352; Az 148°43'09" e 28,60 metros

até o ponto n° 353; Az 131°58'40" e 14,50 metros até o ponto n° 354.

Deste ponto segue-se por linhas secas, confrontando com Irmãos Michel, numa extensão de 674,29 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 231°20'55" e 21,28 metros até o ponto n° 356; Az 230°40'29" e 88,59 metros até o ponto n° 359; Az 231°04'48" e 69,22 metros até o ponto n° 358; Az 231°09'06" e 61,82 metros até o ponto n° 357; Az 230°58'09" e 58,30 metros até o ponto n° 360; Az 231°13'00" e 30,59 metros até o ponto n° 361; Az 254°56'20" e 97,54 metros até o ponto n° 362; Az 255°33'29" e 163,93 metros até o ponto n° 363; Az 255°12'05" e 83,02 metros até o ponto n° 364; Az 249°03'34" e 6,56 metros até o ponto n° 365.

Deste ponto segue-se pela montante do rio Irayzinho, numa extensão de 227,00 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 249°03'34" e 6,56 metros até o ponto n° 365; Az 219°21'57" e 65,17 metros até o ponto n° 366; Az 122°40'47" e 31,10 metros até o ponto n° 367; Az 31°51'12" e 24,27 metros até o ponto n° 368; Az 98°35'13" e 21,06 metros até o ponto n° 369; Az 62°49'24" e 22,82 metros até o ponto n° 370; Az 199°12'09" e 23,91 metros até o ponto n° 371; Az 227°33'49" e 19,47 metros até o ponto n° 372; Az 163°37'29" e 12,64 metros até o ponto n° 373.

Deste ponto segue-se por linha seca, confrontando com Madereira Mitsui, Ataíde Gonçalves e Herdeiros de Francisco de Souza e quem de direito, numa extensão de 614,77 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 217°02'12" e 37,50 metros até o ponto n° 374; Az 213°20'46" e 44,10 metros até o ponto n° 375; Az 200°21'02" e 42,07 metros até o ponto n° 375A; Az 180°00'00" e 51,10 metros até o ponto n° 376; Az 144°28'54" e 56,84 metros até o ponto n° 377; Az 145°11'28" e 62,06 metros até o ponto n° 378; Az 145°27'04" e 120,75 metros até o ponto n° 379; Az 200°51'52" e 178,53 metros até o ponto n° 380; Az 200°51'52" e 21,82 metros até o ponto n° 10289.

Deste ponto segue-se pela faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal S/A, numa extensão de 2.309,22 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 270°51'28" e 29,73 metros até o ponto n° 10288; Az 270°51'28" e 30,67 metros até o ponto

n° 10016; Az 270°51'29" e 45,28 metros até o ponto n° 10017; Az 267°34'36" e 49,74 metros até o ponto n° 10018; Az 264°13'28" e 47,04 metros até o ponto n° 10019; Az 260°45'40" e 50,85 metros até o ponto n° 10020; Az 257°09'19" e 48,24 metros até o ponto n° 10021; Az 253°39'02" e 51,41 metros até o ponto n° 10023; Az 250°04'47" e 49,62 metros até o ponto n° 10022; Az 247°19'05" e 39,57 metros até o ponto n° 10025; Az 244°20'18" e 45,22 metros até o ponto n° 10024; Az 241°12'33" e 46,30 metros até o ponto n° 10026; Az 239°05'34" e 31,05 metros até o ponto n° 10027; Az 238°41'41" e 93,20 metros até o ponto n° 10028; Az 240°23'22" e 45,54 metros até o ponto n° 10029; Az 246°30'51" e 40,28 metros até o ponto n° 10030; Az 253°05'34" e 44,86 metros até o ponto n° 10031; Az 259°37'31" e 38,39 metros até o ponto n° 10032; Az 266°09'38" e 46,64 metros até o ponto n° 10033; Az 273°02'08" e 45,68 metros até o ponto n° 10034; Az 280°29'35" e 49,20 metros até o ponto n° 10035; Az 286°17'15" e 42,41 metros até o ponto n° 10036; Az 287°42'32" e 406,07 metros até o ponto n° 10037; Az 286°54'42" e 48,17 metros até o ponto n° 10038; Az 282°01'33" e 43,66 metros até o ponto n° 10039; Az 272°57'47" e 58,24 metros até o ponto n° 10040; Az 263°35'52" e 44,52 metros até o ponto n° 10041; Az 254°52'41" e 51,17 metros até o ponto n° 10042; Az 246°59'15" e 47,15 metros até o ponto n° 10043; Az 244°38'41" e 368,96 metros até o ponto n° 10044; Az 248°01'28" e 46,16 metros até o ponto n° 10045; Az 254°04'10" e 114,84 metros até o ponto n° 10519; Az 270°36'19" e 50,40 metros até o ponto n° 10520; Az 288°25'44" e 18,96 metros até o ponto n° 10521.

Deste ponto segue-se pela jusante do Rio Irayzinho, confrontando com Dalila Ferreira, numa extensão de 522,01 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 317°24'31" e 194,99 metros até o ponto n° 10522; Az 6°59'16" e 49,04 metros até o ponto n° 10523; Az 53°09'25" e 53,73 metros até o ponto n° 10524; Az 34°40'02" e 63,51 metros até o ponto n° 10525; Az 8°52'23" e 99,41 metros até o ponto n° 10526; Az 317°31'12" e 61,33 metros até o ponto n° 10527.

Deste ponto segue-se por linha seca, confrontando com Dalila Ferreira, numa extensão de 203,64 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 309°11'17" e 37,90

metros até o ponto n° 10528; Az 331°37'55" e 165,74 metros até o ponto n° 10529.

Deste ponto segue-se pela faixa de domínio da Rod. BR-116 contorno Leste, confrontando com o imóvel 1-D e 1-C, numa extensão de 3.561,16 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 2°34'09" e 23,97 metros até o ponto n° 10287; Az 3°46'11" e 25,37 metros até o ponto n° 10240; Az 5°06'59" e 30,00 metros até o ponto n° 10241; Az 6°34'34" e 30,00 metros até o ponto n° 10242; Az 8°02'07" e 30,00 metros até o ponto n° 10243; Az 9°29'41" e 30,00 metros até o ponto n° 10244; Az 10°57'15" e 30,00 metros até o ponto n° 10245; Az 12°24'49" e 30,00 metros até o ponto n° 10246; Az 13°52'23" e 30,00 metros até o ponto n° 10247; Az 15°19'57" e 30,00 metros até o ponto n° 10248; Az 16°47'30" e 30,00 metros até o ponto n° 10249; Az 18°15'05" e 30,00 metros até o ponto n° 10250; Az 19°42'39" e 30,00 metros até o ponto n° 10251; Az 21°10'13" e 30,00 metros até o ponto n° 10252; Az 22°37'46" e 30,00 metros até o ponto n° 10253; Az 24°05'21" e 30,00 metros até o ponto n° 10254; Az 25°32'54" e 30,00 metros até o ponto n° 10255; Az 27°00'28" e 30,00 metros até o ponto n° 10256; Az 28°28'02" e 30,00 metros até o ponto n° 10257; Az 29°55'36" e 30,00 metros até o ponto n° 10258; Az 31°23'10" e 30,00 metros até o ponto n° 10259; Az 32°50'44" e 30,00 metros até o ponto n° 10260; Az 34°18'18" e 30,00 metros até o ponto n° 10261; Az 35°45'51" e 30,00 metros até o ponto n° 10262; Az 37°13'26" e 30,00 metros até o ponto n° 10263; Az 38°41'00" e 30,00 metros até o ponto n° 10264; Az 40°08'33" e 30,00 metros até o ponto n° 10265; Az 41°36'08" e 30,00 metros até o ponto n° 10266; Az 43°03'41" e 30,00 metros até o ponto n° 10267; Az 44°31'15" e 30,00 metros até o ponto n° 10268; Az 45°58'49" e 30,00 metros até o ponto n° 10269; Az 47°26'23" e 30,00 metros até o ponto n° 10270; Az 48°53'57" e 30,00 metros até o ponto n° 10271; Az 50°21'31" e 30,00 metros até o ponto n° 10272; Az 51°49'05" e 30,00 metros até o ponto n° 10273; Az 53°16'39" e 30,00 metros até o ponto n° 10274; Az 54°44'12" e 30,00 metros até o ponto n° 10275; Az 56°11'47" e 30,00 metros até o ponto n° 10276; Az 57°39'20" e 30,00 metros até o ponto n° 10277; Az 59°06'55" e 30,00 metros até o ponto n° 10278; Az 60°34'29" e

30,00 metros até o ponto n° 10279; Az 62°02'02" e 30,00 metros até o ponto n° 10280; Az 63°29'36" e 30,00 metros até o ponto n° 10281; Az 64°57'10" e 30,00 metros até o ponto n° 10282; Az 66°24'44" e 30,00 metros até o ponto n° 10283; Az 67°52'18" e 30,00 metros até o ponto n° 10284; Az 68°50'48" e 10,09 metros até o ponto n° 10143; Az 69°40'04" e 26,78 metros até o ponto n° 10171; Az 71°24'01" e 100,00 metros até o ponto n° 10170; Az 71°53'35" e 99,58 metros até o ponto n° 10165; Az 71°52'55" e 1.200,00 metros até o ponto n° 10166; Az 68°49'19" e 171,36 metros até o ponto n° 10185; Az 64°26'58" e 68,47 metros até o ponto n° 10536; Az 62°16'24" e 61,14 metros até o ponto n° 10537; Az 58°41'32" e 131,27 metros até o ponto n° 10167; Az 56°20'53" e 81,21 metros até o ponto n° 10168; Az 58°19'43" e 36,05 metros até o ponto n° 10180; Az 55°16'08" e 142,72 metros até o ponto n° 10182; Az 55°16'08" e 63,19 metros até o ponto n° 10183, fechando a referida Poligonal. Os azimutes acima descritos referem-se ao Norte Magnético.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o n° CTL/SEEG/105/98, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 098/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, tendo em vista que a descrição do trecho e código da Rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra, apresenta-se feita de forma equivocada, fato que resultaria em dificuldades na implantação da pretendida denominação. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/106/98, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 549/97, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, porque contraria o interesse público, em face de cláusula resolutiva de utilização para finalidade certa do imóvel pretendido, cons-

tante da respectiva escritura de doação, feita ao Estado pelo Município de Borrazópolis. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n.ºs CTL/SEEG/043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103 e 104/96, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

410/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Diamante do Norte - PR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.028. **Anote-se - Arquivo-se.**

081/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Vida, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.029. **Anote-se - Arquivo-se.**

018/97: De autoria do Deputado Péricles Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Esportes para Deficientes Físicos, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.030. **Anote-se - Arquivo-se.**

120/97: De autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Sagrada Família, com sede e foro no Município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.031. **Anote-se - Arquivo-se.**

019/97: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araguaia, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.032. **Anote-se - Arquivo-se.**

141/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres

da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, com sede e foro no Município de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.033. **Anote-se - Arquivo-se.**

032/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Chácaras Jaraguá, com sede e foro no Município de Paranavai, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.034. **Anote-se - Arquivo-se.**

170/97: De autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, com sede e foro no Município de Marmeleiro, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.035. **Anote-se - Arquivo-se.**

006/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Monte Morriá de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.036. **Anote-se - Arquivo-se.**

194/97: De autoria dos Deputados Walmor Trentini e Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.037. **Anote-se - Arquivo-se.**

553/95: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Cooperativa Educacional Curitiba Ltda., com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.038. **Anote-se - Arquivo-se.**

553/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.039. **Anote-se - Arquivo-se.**

216/97: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Paz, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 12.040. **Anote-se - Arquivo-se.**

217/97: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Idosos Unidos da Paz, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.041. **Anote-se - Arquivo-se.**

227/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Moradores de Tijuco Preto, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.042. **Anote-se - Arquivo-se.**

506/95: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Catarina, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.043. **Anote-se - Arquivo-se.**

232/97: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Sindical e Assistencial do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.044. **Anote-se - Arquivo-se.**

233/97: De autoria do Deputado Duilio Genari, que declara de Utilidade Pública o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.045. **Anote-se - Arquivo-se.**

237/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de utilidade Pública a Associação e Creche Jesus de Nazaré, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.046. **Anote-se - Arquivo-se.**

252/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Moradores de Rio d'Areia, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.047. **Anote-se - Arquivo-se.**

274/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Giampiero Monacci - Ensino de 1º Grau, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.048. **Anote-se - Arquivo-se.**

412/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Novo - Sítio Cercado, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.049. **Anote-se - Arquivo-se.**

309/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação da Creche Municipal Maria José Vasconcelos, com sede e foro no Município de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.050. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.051. **Anote-se - Arquivo-se.**

033/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Colônia do Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.052. **Anote-se - Arquivo-se.**

079/97: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Comunhão Espírita Cristã, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.053. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/97: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social de Vera Cruz do Oeste, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.054. **Anote-se - Arquivo-se.**



318/96: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.055. Anote-se - Arquivo-se.

410/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Recanto de Menores Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Florai, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.056. Anote-se - Arquivo-se.

319/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Canaã, com sede e foro na Cidade de Wenceslau Braz, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.057. Anote-se - Arquivo-se.

320/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Betânia de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - ABEDAEC, com sede e foro na Cidade de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.058. Anote-se - Arquivo-se.

337/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Orfanato Evangélico Perfeito Louvor, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.059. Anote-se - Arquivo-se.

367/97: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Godoy Moreira, com sede no Município de Godoy Moreira e foro no Município de São João do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.060. Anote-se - Arquivo-se.

376/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, com sede e foro no Município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.061. Anote-se - Arquivo-se.

389/97: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Mil Fa-

ces, com sede e foro no Município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.062. Anote-se - Arquivo-se.

399/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Florai, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.063. Anote-se - Arquivo-se.

400/97: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar Escola Menino Jesus, com sede e foro no Município de Florai, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.064. Anote-se - Arquivo-se.

407/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Conjunto Ilhabela, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.065. Anote-se - Arquivo-se.

387/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.069. Anote-se - Arquivo-se.

081/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede no Município de Lidianópolis e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.070. Anote-se - Arquivo-se.

260/97: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar São Roque, com sede e foro no Município de Nova Aurora, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.071. Anote-se - Arquivo-se.

643/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Escola Cooperativa de Terra Rica - ECTR, com sede e foro no Município de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.072. Anote-se - Arquivo-se.



671/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.073. Anote-se - Arquivo-se.

248/97: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro de Proteção à Vida de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.074. Anote-se - Arquivo-se.

457/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Lauro Sangreman de Oliveira, com sede e foro no Município de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.075. Anote-se - Arquivo-se.

508/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social Educacional e Desportivos, com sede e foro no Município de Terra Roxa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.076. Anote-se - Arquivo-se.

458/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Volantes do Município de Marilândia do Sul - ATRUV, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.077. Anote-se - Arquivo-se.

569/97: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Adriano José Valente, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.078. Anote-se - Arquivo-se.

531/97: de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social da Fundação Erasmo de Rotterdam, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.079. Anote-se - Arquivo-se.

466/97: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de

Utilidade Pública a Escola Evangélica de Carambei - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Carambei, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.080. Anote-se - Arquivo-se.

408/97: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a GIMAG - Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu, com sede e foro no Município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.081. Anote-se - Arquivo-se.

467/97: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Santa Amélia, com sede e foro no Município de Santa Amélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.082. Anote-se - Arquivo-se.

500/97: De autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.083. Anote-se - Arquivo-se.

514/97: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Comunidade São Miguel - Fraternidade, com sede e foro no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.084. Anote-se - Arquivo-se.

525/97: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.085. Anote-se - Arquivo-se.

497/97: De autoria do Deputado Péricles Mello, que declara de Utilidade Pública a ABASE - Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional, com sede na Cidade de Ponta Grossa e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.086. Anote-se - Arquivo-se.

526/97: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com

sede e foro no Município de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.087. Anote-se - Arquive-se.

459/97: De autoria do Deputado César Seleme, que concede do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.088. Anote-se - Arquive-se.

Sob o nº 1280/98, do Sr. Ivanildo Antonio dos Santos - Gerente de Convênio da Fundação Nacional de Saúde, comunicando Convênio nº 953/97, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto Indigenista e de Estudos Sócio-Ambientais - Terra Mater, visando a melhoria das condições de saúde das populações indígenas. Ao conhecimento da Casa.

Ofício nº 111/98

Curitiba, 17 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Pelo presente, venho comunicar Vossa Excelência, que na data de hoje estou reassumindo minha cadeira de Deputado Estadual, nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) NELSON JUSTUS

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 065/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 15.962 do C.R.I. da Comarca de Cidade Gaúcha, destinado à moradia do Promotor de Justiça daquela Comarca, pelo imóvel da matrícula nº 9.631 do C.R.I. da mesma Comarca.

Art. 2º - O imóvel objeto da permuta que trata esta lei, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, que deverá constar do respectivo título e será destinado à moradia do Promotor de Justiça da Comarca.

Art. 3º - A permuta de que trata esta Lei será precedida de avaliação e demais procedimentos legais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto da matrícula nº 15.962 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha/PR, está destinado à moradia do Promotor de Justiça daquela Comarca, contendo uma casa de madeira de construção antiga, que não atende os requisitos essenciais de conforto e segurança.

O imóvel proposto para oficializar a permuta, de propriedade do Sr. Sebastião Pinheiro Fonseca, objeto da matrícula nº 9631 do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Gaúcha contém uma residência de alvenaria, certamente em melhores condições de moradia, que proporcionará ao Agente do Ministério Público da Comarca e sua família, instalação de forma digna e segura.

A medida proposta já obteve a concordância e a autorização da Procuradoria Geral de Justiça através do protocolado sob o nº 4548-PGJ, cujo documento encontra-se na Coordenadoria de Patrimônio do Estado para as providências cabíveis, no âmbito do Poder Executivo, inclusive com as avaliações dos dois imóveis, sendo que o imóvel a ser adquirido possui valor maior que o imóvel de propriedade do Governo Estadual.

O projeto de lei que ora apresentamos à consideração dos nobres Pares, atende os interesses do Estado, razão pela qual solicitamos o devido apoio e posterior aprovação.

#### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 03 (três) sessões da Proposição nº 012/97, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER anexação do Projeto de Lei nº 38/98, ao Projeto de Lei nº 09/98, onde ambos tratam sobre reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Giovanni Gionedis, Secretário da Fazenda, a prestar esclarecimentos referentes ao processo de negociação das dívidas do Governo do Estado do Paraná e do Banco BANESTADO, conforme Lei nº 11.967, de 19 de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI

DR. ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido justifica-se pelo fato de a lei nº 11.967/97 ter autorizado o Governo do Estado a refinanciar dívida de sua responsabilidade, no valor de R\$ 1.460.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e sessenta milhões de reais), sendo neste montante R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões) referentes à

Dívida Mobiliária, conforme art. 1º, alínea "a". Não obstante, a Mensagem nº 09/98, item 12 da pauta, apresenta solicitação de autorização legislativa para rolagem de dívida por emissão de novos títulos.

SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 055/98,  
ORIUNDO DE MENSAGEM DO  
PODER EXECUTIVO Nº 009/98

HISTÓRICO

01. Em dezembro a Assembléia Legislativa autorizou (através da Lei nº 11.961 de 19/12/97) o Governo a refinanciar a dívida de responsabilidade do Estado no valor de R\$ 1,460 bilhões (deste montante, R\$ 460 milhões referem-se a emissão de títulos do Tesouro Estadual), e a renegociar a dívida do Banco do Estado do Paraná, cujo montante é de aproximadamente R\$ 1,750 bilhões.

02. Este processo de renegociação tem um prazo limite que é de 31/03/98.

03. O Poder Executivo, através da Mensagem nº 009/98, pede para que a Assembléia autorize o Governo a emitir títulos para renegociar uma dívida contraída (através da emissão de títulos públicos) no ano de 89, cujo vencimento previsto era para 94. Segundo informa o governo, o valor em 31/12/97 era de R\$ 178,716 milhões. Como ele não pode resgatá-los, houve uma renegociação (94) e o novo prazo de vencimento passou a ser 15/03/98.

04. O prazo esgotou e o governo não dispunha de dinheiro em caixa para efetuar o resgate, estando portanto, obrigado a buscar a renegociação (pela segunda vez) junto ao Banco Central. Este, por sua vez, exigiu que o Governo do Estado apresentasse a lei que autorizava o pedido de renegociação. O Governo do Estado não havia solicitado esta autorização para a Assembléia e esta fazendo, neste momento, por imposição do Banco Central.

05. Ressalte-se, que o prazo de resgate já venceu no dia 15/03/98, como informa a Mensagem nº 009/98. A dívida objeto deste pedido, já é parte da Lei nº 11.961, de 19/12/97, cujo prazo final esgota-se no dia 31 de março de 98, portanto, na próxima terça-feira, e até hoje o governo do Paraná ainda não fechou esta renegociação, o que leva a crer estar havendo dificuldades para o fechamento final.

06. Por isso, julgamos conveniente que o Secretário da Fazenda, Giovanni Gionedis, venha a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o processo geral de renegociação junto ao Governo Federal, já autorizado pela Lei Estadual nº 11.961, de 19/12/97. Caso o Secretário recuse vir a esta Casa, votaremos contrário à matéria.

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de pesar pelo falecimento do empresário José Luiz Franceschi, Diretor-Fundador da Auto Viação Nossa Senhora do Carmo e da Auto Viação São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) BETO RICHA

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Regeane Maria Manfroni Thomasi, ocorrido nesta Capital, em 10.03.98.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 10 de março, faleceu nesta Capital, a Sra. Regeane Maria Manfroni Thomasi, deixando viúvo o Sr. Antonio Roque. Deixou ainda, as filhas Danielle e Denise.

Membro de tradicional família paranaense, Dona Regeane Maria deixou, com o seu passamento, enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Regeane Maria.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Regeane Maria, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Regeane Maria Manfroni Thomasi, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais justa, mais humana e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda terra a sua graça. Guardará sua serva Regeane Maria sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que suas preces se abram em todas as direções e para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Manfroni Thomasi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER votos de congratulações à Sra. Vereadora Luci da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Itambé/PR, por ocasião da sua criação.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Pça. Rui Barbosa, 34 - Centro, CEP 86980-000, Itambé/PR, aos cuidados da Sra. Vereadora Luci da Silva.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à Sra.

Noeli Dordi Freitag Sendtko, pelo recebimento do título de Cidadã Honorária de Palotina, pelos relevantes serviços prestados na área de educação e pelo honroso reconhecimento recebido em Brasília, pelo Presidente da República e Ministro da Educação, Cultura e Desporto, em 19 de outubro de 1994, na ocasião em que lhe foi entregue a Condecoração pela Ordem Nacional do Mérito Educativo, devido sua atuação e gestão do PRONAICA, enaltecendo assim o nosso Estado a nível nacional.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Presidência da Câmara Municipal de Palotina, Rua Ipiranga, s/n, Praça da Liberdade, Caixa Postal 224, Fone-Fax (044) 649-5381 - CEP 85950-000 e a Sra. Noeli Dordi Freitag Sendtko, Rua Pioneiro, 1256, fone (044) 649-1861, Palotina/PR.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(aa) IRONDI PUGLIESI  
DUILIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 340**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. Dr. Luiz Vilar de Carvalho, Diretor da Votorantin/Sul, pela realização do Seminário "Uma Visão de Futuro", nos dias 17 a 19 de março do corrente ano.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

Requer, voto de louvor ao Sr. Dr. Luiz Vilar de Carvalho, Diretor da Votorantin/Sul, no Município de Rio Branco do Sul, pela realização do Seminário "Uma Visão de Futuro", nos dias 17 a 19 de março do corrente ano.

**REQUERIMENTO Nº 341**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor, ao Sr. Dr. Mário Luiz Franceschi Fontoura, Diretor da Votorantin/Sul, pela realização do Seminário "Uma Visão de Futuro", nos dias 17 a 19 de março do corrente ano.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

Requer, voto de louvor, ao Sr. Dr. Mário Luiz Franceschi Fontoura, Diretor da Votorantin/Sul, no Município de Rio Branco do Sul, pela realização do Seminário "Uma Visão de Futuro", nos dias 17 a 19 de março do corrente ano.

**REQUERIMENTO Nº 339**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Eduardo Rocha Virmond, DD. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a gentileza de prestar informações a esta Assembléia Legislativa, quanto ao ofício nº 032/98, de 12 de março de 1998, do Sr. Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Através do ofício nº 032/98, de 12 de março de 1998, o Sr. Juarez Nicolino de Assis, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, encaminha xerocópia de documentação protocolada sob nº 2117, de 13 de março de 1998, onde solicita ao Sr. Secretário reconsideração relativamente ao protocolado nº 4325/98-DEPEN.

Para que possamos responder ao Sr. Presidente do Sindicato, necessitamos a informação do Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão, no Horário das Lideranças.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tinha assumido um compromisso comigo mesmo, de usar os microfones desta Casa de Leis, somente após a última votação do episódio de Faxinal.

Mas ontem, tivemos nesta Casa, a calúnia levantada pelo Dr. Florisvaldo Fier, que por sinal também virá com outra hoje.

Até gostaria que ele já fizesse todas de uma vez só. Falei isso ontem para ele, porque ele é pediatra, e está usando "conta-gotas" para fazer calúnia.

Tenho certeza que como homem público, estou na vida pública há mais de 25 anos, gostaria, hoje, de falar somente sobre o "episódio Ivaiporã". O episódio de Faxinal e atuação nossa à frente da Secretaria, vamos deixar para fazer em uma das próximas Sessões.

Ontem, o Dr. Rosinha fez uma denúncia sobre recursos repassados pela Secretaria da Agricultura ao Município de Ivaiporã.

Posso informar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que os recursos foram repassados dentro de todas as exigências legais, posteriormente mandamos que o Chefe do Grupo Regional da Secretaria da Agricultura, junto com o atual Prefeito, verificasse as obras. Existe a conclusão das obras, existe por parte do Tribunal de Contas a aprovação das contas. Houve uma vitória "in loco" de funcionários do Tribunal de Contas do Município de Ivaiporã e comprovou que aquilo que estava no plano de aplicação foi realmente aplicado pelo ex-Prefeito Melvis, que por sinal é um promotor de justiça aposentado, que tem o maior conceito moral no seu município.

Além disso, é bom frisar que todos os recursos repassados pela Secretaria da Agricultura não foram licitados pela Secretaria, foram licitados pelos municípios e receberam os devidos recursos, e aqueles municípios que não cumpriram com a sua obrigação, ou que a Secretaria faz as demais Secretarias é encaminhar para a Promotoria Geral do Estado, que não é o caso de Ivaiporã.

Então, Srs. Deputados, quero colocar à disposição desta Casa, todos os documentos relativos a esses repasses de recursos. E espero que os Srs. Deputados só façam denúncias quando realmente comprovarem que houve algum desvio. Pararmos com calúnias nesta Casa.

Está, portanto, Srs. Deputados, à disposição. Estamos tranquilos da nossa atuação à frente da Secretaria da Agricultura.

E volto a afirmar que o episódio de Faxinal, e a nossa passagem pela Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, vamos usar o Grande Expediente

de uma das próximas Sessões desta Casa, para levar a todos os Srs. Deputados.

Espero que estes esclarecimentos sirvam, não só para os Srs. Deputados, mas também para os homens da imprensa, para que possamos realmente esclarecer as verdades.

Vamos parar de jogar lama sem termos a certeza que realmente ocorreu algum desvio das intenções dos convênios assinados.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT, PFL, PT, PMDB, PSN, PSDB, PL, PPB.

(Todas declinam)

Com a palavra, a Liderança do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveito o momento para justificar a aprovação do Projeto 055/97, que autoriza o Poder Executivo a proceder emissão de letras para fins de rolagem dos títulos da dívida pública imobiliária, vencidos em 15 de março.

Aproveito aqui o horário da liderança do Governo para que os Srs. Parlamentares entendam que o atraso no envio dessa mensagem para a Casa é porque houve, por parte do Senado da República, uma exigência nova. Ele jamais - quando em dezembro aprovamos aqui uma lei autorizando a negociação da questão do BANESTADO e a renegociação da dívida, não estava incluído este valor, que é um valor de 178 milhões e 700, 716 mil, 541 reais e 10 centavos.

Por isso, o Banco Central, hoje exige uma lei específica para que esse valor possa fazer parte da rolagem da dívida, na qual estará incluída também a renegociação do BANESTADO.

Por isso, estamos pedindo ao Presidente e aos ilustres Deputados, gostaríamos de ter o apoio desta Casa na aprovação deste projeto, porque precisamos, sob pena de prejudicarmos o Estado do Paraná, precisamos assinar com a União, no dia 31 de março, a rolagem da dívida do Estado, que será assinado o devido contrato.

Trago esse esclarecimento para a Casa para que não fique nenhuma dúvida, porque estamos aprovando esta lei em tempo recorde, e qual é o motivo, também, do atraso. Porque esta rolagem



da dívida está entrando no bojo de uma renegociação de toda a dívida do Estado e também do saneamento do BANESTADO.

Outra questão que também falo aqui, quero trazer aqui o meu apoio ao Deputado Hermas Brandão, quanto ao posicionamento dele quanto aos seus esclarecimentos. Acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tem que ficar clara esta questão da Secretaria da Agricultura quanto aos convênios firmados pela Secretaria da Agricultura, no decorrer, quando o Secretário Hermas Brandão, era então, Secretário.

Ora, a Secretaria da Agricultura, repassando recursos para os municípios, toda a parte de licitação e concorrência pública feita pelas Prefeituras, qual é a responsabilidade do Secretário? A responsabilidade do Secretário é exigir que a obra seja executada do Sr. Prefeito.

É claro que todo esse procedimento legal e correto foi encaminhado pelo então Secretário Hermas Brandão, e estão querendo tirar a culpa de alguns Prefeitos e jogar toda a culpa em cima do, hoje Deputado, Hermas Brandão.

Quero aqui me solidarizar com o Deputado Hermas Brandão, e dizer para ele que não tenho nenhuma dúvida quanto a legalidade das ações dele na Secretaria da Agricultura. Isto é importante que se ressalte, porque isso não fica claro, porque quem já foi Secretário de Estado, para quem já governou, sabe muito bem que no momento em que você firma um convênio e repassa recursos para as Prefeituras, a responsabilidade legal é do Prefeito.

O Sr. Eduardo Trevisan - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, neste momento importante que Vossa Excelência, como Líder do Governo, dá a sua manifestação pública de apoio ao Deputado Hermas Brandão, ex-Secretário da Agricultura deste Estado, quero me somar às suas palavras, porque eu, como Deputado Estadual da mesma região que o Deputado Hermas Brandão, acompanhei o seu trabalho como Secretário da Agricultura, e naquela oportunidade, nos cansávamos de falar que o Secretário Hermas era o Secretário mais profícuo e atuante do Governo Jaime Lerner, era ele que percorria o Estado do Paraná, levando a ação administrativa do Go-

verno Jaime Lerner a todos os cantos deste Estado.

Como Deputado da Região Norte, acompanhei o Secretário Hermas Brandão na assinatura de centenas de convênios, milhares de convênios entre a Secretaria e as Prefeituras do Paraná, convênios que levaram investimentos, obras, benefícios para aqueles municípios do Norte do Paraná. E lá, todos os convênios foram bem cumpridos, os Prefeitos tiveram realmente a preocupação de cumprir bem o convênio e todos eles atenderam às expectativas da comunidade.

Se eventualmente, em algum lugar do Estado do Paraná, um ou outro convênio não deu certo, as vezes pela incompetência, pela má ação administrativa de um ou outro Prefeito, isso não pode ser reputado como culpa ao Secretário Hermas Brandão. A obrigação dele, a sua responsabilidade como Secretário, de assinar os convênios, repassar os recursos, isso ele cumpriu com competência, com dignidade, com honestidade.

E quero aqui manifestar a minha total solidariedade ao grande homem público, amigo, competente, que há tantos anos defende o povo do Norte do Paraná, que é o Deputado e Secretário Hermas Brandão.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o seu aparte, e encerro aqui as minhas palavras, convocando os Srs. Deputados que estão em seus gabinetes, que venham para Plenário, para que possamos aprovar essa matéria tão importante, de interesse do Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente, comunicando que na data de hoje está reassumindo sua cadeira de Deputado Estadual, nesta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti,



constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 12**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 055/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/98, que autoriza o Poder Executivo a proceder a emissão de letras financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR, exclusivamente para fins de rolagem da totalidade da dívida mobiliária vencida em 15/03/98, cuja quantidade é de 39.110.743.211 LFT-PR, equivalentes em 31/12/97 a R\$ 178.716.541,10 (cento e setenta e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos). **COM PARECERES. Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 055/98**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR, exclusivamente para fins de rolagem da totalidade da dívida mobiliária vencida em 15.03.98, cuja quantidade é de 39.110.743.211 LFT-PR, equivalentes em 31/12/97 a R\$ 178.716.541,10 (cento e setenta e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos).

**Art. 2º** - O percentual do montante a ser rolado, será definido em Resolução Autorizativa do Senado Federal.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.98.

(a) PODER EXECUTIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 055/98**

**P A R E C E R:**

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 009/98, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a emissão de Letras Financeiras do

Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR, no valor de R\$ 178.716.541,10 (cento e setenta e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos), em 31/12/97.

**Fundamentação**

A utilização das LFT/PR, aqui autorizadas, ficam, por definição legal, vinculadas, para fins exclusivos, na denominada "rolagem da dívida mobiliária", contratada em 15/03/90, renovada em 15/03/94 e vencida em 15/03/98, cujo refinanciamento já foi autorizado pela Lei nº 11.961, de 19/12/97.

Especificando, a "rolagem" é dos títulos emitidos autorizada pela Lei nº 9058, de 03/12/89, na quantidade de 39.110.734.211 LFT/PR, emitidas em março de 1990, "roladas" em março de 1994 e vencidas em 15/03/98, no valor de R\$ 178.716.541,10 (cento e setenta e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos), de 31 dezembro de 1997.

O percentual do montante da dívida a ser "rolada" atendendo legislação federal atinente, deverá ser definido em Resolução do Senado Federal.

Em suma, a autorização visa atender dispositivos de ordem constitucional e legal e está assentado na necessidade de refinanciamento da dívida mobiliária do Estado.

**Conclusão**

Ante o supra exposto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 55/98, atende os ditames constitucionais e legais vigentes, além de se coadunar com o interesse público, portanto, fazendo-se premente que esta Comissão opine pela sua aprovação.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 055/98**

**P A R E C E R:**

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/98, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a proceder a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que pre-

ceitua-o § 3º do art. 33 do Regimento Interno, conclui nada haver que possa impedir a normal tramitação desta proposição por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.03.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Gurucuia, com sede e foro no Município de São Jorge do Patrocínio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 241, de 07.01.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 745/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Gurucuia, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Creche Frei Fabiano Zanatta, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 227, de 15.12.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 729/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, objetiva declarar de Utilidade Pública a Creche Fabiano Zanatta, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/97, autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 226, de 11.12.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 723/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Crescendo Paraná - Associação do Deficiente Físico relacionado com Distúrbios do Crescimento, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149, de 17.09.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 471/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro Crescendo Paraná - Associação

do Deficiente Físico relacionado com Distúrbios do Crescimento, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/98, de autoria da Comissão Executiva. Fica aprovado o relatório da Comissão Especial que investigou notícias vinculadas contra os Srs. Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Plauto Miró e outros, que estabelece que em toda a vistoria realizada pelo INCRA, em território do Estado do Paraná, visando identificação de áreas para fins de reforma agrária, haverá participação de um técnico da SEMA e um da SEAB, e de um técnico do município onde ocorrer a vistoria. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 7240, de 24 de outubro de 1979, que declarou de Utilidade Pública o Lar e Creche São Vicente de Paulo. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62, de 17.02.98).

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 584/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus Ribas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182, de 23.10.97).

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 522/97, de autoria do Deputado Hidetazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Talita, com sede e foro no Município de Pinhais. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166, de 07.10.97).

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 417/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade, com sede e foro no Município de Francisco Alves. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 03.09.97).

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 012/97, proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, autoria dos Deputados Joel Coimbra e outros, que objetiva modificar a redação do Art. 103, inciso III, alínea "p", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo alínea q, r, s, t, u, v, e x, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

#### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 012/97

Artigo Único - A alínea p, acrescida das alíneas q, r, s, t, u, v e x, do inciso III do artigo 103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"art. 103 - ...

III - ...

p) os crimes contra a pessoa, excetuando os crimes dolosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores; e

x) as demais infrações a que não seja cominada de pena de reclusão iso-

lada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares".

Sala das Sessões, em 04.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamto: Valdir Rossoni, Reny Bor-satto, Edgar Bueno, Walmor Trentini, Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Albanor Gomes, Ricardo Chab, Hidekazu Takayama, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ângelo Vanhoni, Sâmis da Silva, Emerson Nerone, César Seleme, José Maria Ferreira, José Tavares, Ademar Traiano, Horácio Rodrigues e 03 ilegíveis.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Constituição Federal estabelece, no § 1º do art. 125, que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, em razão de que a Constituição Estadual especifica, no inciso III, do art. 103, a competência recursal dos Tribunais de Alçada.

Ocorre, contudo, que a recente Lei Federal nº 9.099, de 16 de setembro de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, acabou por acarretar sensível redução na competência constitucionalmente prevista para o Tribunal de Alçada, no tocante a matéria criminal, consoante se observou, na prática, desde então, enquanto que a matéria afeta ao Tribunal de Justiça permaneceu inalterada.

Para um melhor atendimento aos jurisdicionados, com o aceleramento dos respectivos julgamentos, urge que se modifique a competência recursal de nossos Tribunais, para transferir determinadas matérias do Tribunal de Justiça para o Tribunal de Alçada, equilibrando, inclusive, o número de processo em uma e outra Corte.

Assim, modificando a redação do art. 103, inciso III, alínea "p", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo as alíneas q, r, s, t, u, v, e x, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a incolumidade pública, dos crimes contra a paz pública e dos crimes de corrupção de menores, criamos

condições para maior agilização e consequente eficiência do Poder Judiciário.

#### COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 012/97

P A R E C E R:

#### Relatório

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do Deputado Joel Coimbra e outros Srs. Deputados, tem por objetivo acrescentar alíneas ao inciso III, do artigo 103, da Constituição Estadual.

#### Fundamentação

A proposição pretende modificar a competência recursal de nossos tribunais, transferindo determinadas matérias do Tribunal de Justiça para o Tribunal de Alçada.

A modificação da redação do art. 103, da Constituição Estadual, visa transferir ao Tribunal de Alçada, o julgamento de parte dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a incolumidade pública, dos crimes contra a paz pública e dos crimes de corrupção de menores, criando condições para maior agilização e consequente eficiência do Poder Judiciário.

#### Conclusão

A proposição está perfeitamente redigida e como não existe nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental, somos de parecer que a mesma seja submetida a consideração do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 16.03.98.

(aa) JOSÉ TAVARES - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, da Proposição nº 012/97, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 331, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 330, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 332 e 339, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 333, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 334, de autoria da Sra. Irondi Pugliesi e do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 337, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 340 e 341, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 342, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Dr. Rosinha e Péricles Mello, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 311, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, entrei em acordo com a Liderança do Governo e retiramos o requerimento da Ordem do Dia, aguardando as informações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão Ordinária.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 471, 666, 723, 729 e 745/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 462/97 e 009/98.

Levanta-se a sessão.

## Ata da Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Geraldo Cartário, Duílio Genari, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, César Seleme, Élio Lino Rusch, Basílio Zanusso, Walmor Trentini e mais o Deputado Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 055/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 009/98 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, Edgar Bueno e José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 056/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 660/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; O Sr. Presidente destaca a presença do Sr. Roberto Frederico Merhy, Presidente da APIESPI; o qual foi convocado para prestar esclarecimentos com relação ao Projeto de Lei nº 009/98. O Sr. Presidente da APIESPI desculpa-se pelo atraso e coloca-se à disposição desta Comissão de Constituição e Justiça. O

Sr. Presidente consulta aos membros da Comissão se ainda há necessidade de esclarecimentos, vez que a matéria foi aprovada. Havendo dispensa por parte dos integrantes, o Sr. Presidente determina o prosseguimento da reunião. 06) Projeto de Lei nº 163/98, de autoria do Deputado Caio Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares, lido pelo Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 696/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputa-

do Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 012/98, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Geraldo Cartário. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente  
Ana Lucia Andretta - Secretária